

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ano Letivo 2019/2020

Mestrado em Direito e Ciência Jurídica

Prof. Doutor RICARDO BRANCO

Turma D

PROGRAMA

Tema: *Os direitos fundamentais, princípio constitucional e garantia institucional da tutela jurisdicional efetiva: da estrutura às refrações especiais*

I. FONTES, ESTRUTURA GERAL DO DIREITO E SEUS ELEMENTOS

0. As fontes de consagração

- 0.1. Convenções Internacionais
- 0.2. Jurisprudência de tribunais internacionais
- 0.3. O lastro da jurisprudência das jurisdições da União Europeia
- 0.4. Sínteses constitucionais: casos; o caso português

1. Tutela jurisdicional

- 1.1. O acesso aos tribunais e a reserva constitucional de jurisdição
 - 1.1.1. Arbitragem necessária
 - 1.1.2. Mecanismos necessários de resolução extrajudicial de conflitos
 - 1.1.3. Resolução de litígios e tutela de direitos por órgãos da Administração com exclusão do recurso aos tribunais
 - 1.1.4. Tutela jurisdicional e Ministério Público: a desjudicialização do inquérito no Processo Penal
- 1.2. Tutela jurisdicional e caducidade do direito de ação: casos práticos
- 1.3. Tutela jurisdicional e tutela de direitos fundamentais: entre a justiça constitucional de normas, o recurso de amparo e a intimação para defesa de direitos, liberdades e garantias
- 1.4. A tutela de interesses difusos
- 1.5. O princípio do juiz natural e suas problematizações
- 1.6. O direito ao processo, os ónus processuais e o princípio *pro actione*
- 1.7. A defesa contra atos jurisdicionais como elemento da tutela jurisdicional: o sistema legal de recursos e os exemplos da sua eventual inconstitucionalidade

2. Da efetividade da tutela jurisdicional

- 2.1. O direito a uma decisão jurisdicional de fundo
 - 2.1.1. Os problemas demarcatórios entre simples apreciação, mera invalidação e plena jurisdição: da simples apreciação à execução específica nos vários contenciosos
 - 2.1.1.1. A jurisprudência do TEDH
 - 2.1.1.2. Os casos nacionais
 - 2.1.2. O dever de fundamentação das sentenças judiciais
 - 2.1.2.1. A jurisprudência do TEDH
 - 2.1.2.2. Os casos nacionais
- 2.2. O processo equitativo: sua matriz na jurisprudência do TEDH e aplicações a casos nacionais
- 2.3. *Ibidem* quanto à decisão jurisdicional em prazo razoável
- 2.4. *Idem* quanto ao princípio da igualdade de armas
- 2.5. *Idem* quanto ao princípio do contraditório
- 2.6. *Idem* quanto à execução de sentenças

3. Direito fundamental ou garantia institucional?

II. PARTE ESPECIAL

1. A regulação constitucional da efetividade da tutela jurisdicional administrativa e a decomposição das suas regras e dos institutos sindicáveis à respetiva luz
2. As diretrizes constitucionais da tutela jurisdicional efetiva em Processo Penal: análise e seleção de vetores de análise
3. Tutela jurisdicional efetiva, processo civil e outro tipo de contenciosos
4. A perspetiva focada nos direitos a tutelar

BIBLIOGRAFIA

(além dos comentários ao artigo 20.º nas Constituições anotadas de GOMES CANOTILHO/VITAL MOREIRA, JORGE MIRANDA/RUI MEDEIROS e ALEXANDRE DE SOUSA PINHEIRO/MÁRIO JOÃO DE BRITO FERNANDES):

ALEIXO, Pedro Scherer de Mello, "O direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva na ordem jurídica brasileira : a caminho de um «devido processo proporcional»". In: *Direitos fundamentais e direito privado: uma perspectiva de direito comparado*(org. António Pinto Monteiro, Jörg Neuner, Ingo Wolfgang Sarlet). Coimbra: Almedina, 2007, pp. 417-435.

ANDRÉ, Adélio Pereira, "Sobre a tutela judicial efectiva do direito à objecção de consciência: consideração em torno de duas situações-tipo". In: *Revista de direito público*, a.9 n.º 18 (Jul.-Dez. 1996), pp.9-34.

ARAGÓN REYES, Manuel, "La tutela judicial efectiva y lanuevafunción del amparo del Tribunal Constitucional español". In: *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Joaquim Gomes Canotilho*, III, Coimbra: Coimbra Editora, 2012, pp. 81-95.

BETTERMANN, „Die Unabhängigkeit der Gerichte und der gesetzliche Richter“. In: *GR*, Bd. III/2, S. 523 (559).

BELEZA, Maria dos Prazeres Pizarro, "Tutela judicial efectiva e acesso dos cidadãos ao Tribunal Constitucional". In: *Julgar*, n.º 29 (Maio-Ago. 2016), pp.61-75.

BOTELHO José Manuel da Silva Santos, "A tutela jurisdicional efectiva na jurisprudência do Supremo Tribunal Administrativo : breves considerações". In: *Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda*, IV, Coimbra: Coimbra Editora, 2012, pp. 463-466.

BRITO, Miguel Nogueira de, "O princípio do juiz natural e a nova organização judiciária". In: *Julgar*, n.º 20 (Maio-Ago. 2013), pp.19-37

BRANCO, Ricardo, "Algumas notas de direito comparado em torno da consagração constitucional da tutela de direitos com recurso aos tribunais: um exercício a pretexto da necessidade de interpretar o artigo 20.º da Constituição Portuguesa". In: *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Carlos Ferreira de Almeida*, III, Coimbra: Almedina, 2011, pp. 37-72.

BRANCO, Ricardo, "As relações do CPTA com a CEDH e a jurisprudência do TEDH". In: *Comentários à Revisão do ETAF e do CPTA*, 3.ª ed., Lisboa: AAFDL, 2017, pp. 253-290.

CANO MATA, Antonio, "El derecho a la tutela judicial efectiva en la doctrina del Tribunal Constitucional :artículo 24 de la Constitución". In: *Editorial Revista de Derecho Privado* [D.L. 1984].

CARRASCO DURÁN, Manuel "Novidades sobre la interpretación del derecho a la tutela judicial efectiva". In: *Revista del poder judicial*, n.º 76(2004), pp. 203-229.

CHAMORRO BERNAL, Francisco, *La tutela judicial efectiva : derechos y garantías procesales derivados del artículo 24.1 de la constitución*, Barcelona :Bosch, 1994.

COMOGLIO, Luigi Paolo, "L'effettività della tutela giurisdizionale nella Carta dei Diritti Fondamentali dell'Unione europea". In: *La nuova giurisprudenza civile commentata*, a. 17 n.º 6 (Novembre-Dicembre 2001), Parte Seconda, pp. 471-482.

COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda, "O princípio do juiz natural no Brasil e um merecido tributo a Jorge de Figueiredo Dias". In: *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Jorge de Figueiredo Dias*, III, Coimbra: Coimbra Editora, 2010, pp. 793-820.

DALFINO, Domenico "Accesso alla giustizia, principio di effettività e adeguatezza della tutela giurisdizionale". In: *Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile*, a. 68 n.º 3 (settembre 2014), pp. 907-941

DÍEZ-PICASSO, Luis, "Notas sobre el derecho a la tutela judicial efectiva". In: *Poder Judicial*, 2, Época n.º 5 (Marzo 1987), pp. 41-49.

DOMÉNECH PASCUAL, Gabriel, "Tutela judicial efectiva frente a medidas gubernamentales blindadas por decreto-ley". In: *Revista Española de Derecho Administrativo*, n.º 198 (abril-junio 2019), pp. 139-164.

DUARTE, "Tiago, "Tribunal de Contas, visto prévio e tutela jurisdicional efectiva? : yes, we can!". In: *Cadernos de Justiça Administrativa*, n.º 71 (Set.-Out. 2008).

DÜTZ, Wilhelm, *Rechtsstaatlicher Gerichtsschutz im Privatrecht*, 1970.

ERVO, Laura., "Should fair trial rights be redefined?: civil litigation as a societal discussion" In: *Revisiting procedural human rights : fundamentals of civil procedure and the changing face of civil justice*, Cambridge: Intersentia, 2017, pp. 77-92.

FONSECA, Isabel Celeste M., *Processo temporalmente justo e urgência. Contributo para a autonomização da categoria da tutela jurisdicional de urgência na justiça administrativa*, Coimbra: Coimbra Editora, 2009.

FREITAS, José Lebre de/SANTOS, Cristina Máximo, *O processo civil na constituição*, Coimbra: Coimbra Editora, 2008.

GARCIA VIÑA, Jordi, *et al.*, "El derecho a la tutela judicial efectiva en el ámbito laboral según el Tribunal Constitucional". In: *Estudos de direito do trabalho. Em Homenagem ao Professor António Monteiro Fernandes*, I, Vila Nova de Famalicão: Nova Causa, 2017, pp. 716-742.

GIL-ROBLES Y GIL DELGADO, Álvaro, *Los nuevos límites de la tutela judicial efectiva*, Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1996.

GONZÁLEZ RIVAS, Juan José, "Análisis del artículo 24 de la C.E. desde la perspectiva de la reciente jurisprudencia constitucional". In: *Revista de derecho penal*, n.º 1-3(2002), pp.151-161.

GRANDINETTI, Mario/MONZANI, Saul, "L'effettività della tutela giurisdizionale nell'ottica comunitaria: riflessioni in ordine alla tutela cautelare e alla restituzione di tributi riscossi in violazione del diritto comunitario". In: *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, a.18 n.3-4 (2008), pp. 927-963.

LEANZA, Piero/PRIDAL, Ondrej, *The right to a fair trial: Article 6 of the European Convention on Human Rights*, Alphen aan den Rijn: Wolters Kluwer, 2014.

LÖRCHER, Klaus, "Article 47 - Right to an effective remedy and to a fair trial". In: *The Charter of Fundamental Rights of the European Union and the employment relation*, Oxford: Hart, 2019.

PAPIER, Hans-Jurgen, Justizgewähranspruch, in: Isensee/Kirchhof (Hrsg.), *Handbuch des Staatsrechts, Band VIII: Grundrechte: Wirtschaft, Verfahren, Gleichheit*, 3. Auflage, 2010.

PINTO, Rui, "Urgência procedimental e direito à tutela jurisdicional efectiva no art. 382.º, n.º 1, do Código de Processo Civil : anotação ao Acórdão uniformizador de jurisprudência do Supremo

Tribunal de Justiça 9/2009". In: *Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda*, III, Coimbra: Coimbra Editora, 2012, pp. 665-677.

REGO, Carlos Lopes do, "O direito de acesso aos tribunais na jurisprudência recente do Tribunal Constitucional". In: *Estudos em memória do Conselheiro Luís Nunes de Almeida*, Coimbra: Coimbra Editora, 2007, pp. 833-858.

REGO, Carlos Lopes do, "Questões de constitucionalidade no novo Código de Processo Civil". In: *II Colóquio de processo civil de Santo Tirso*, Coimbra: Almedina, 2016, pp. 231-241.

RUBIO GARRIDO, Tomás, "Cosa juzgada y tutela judicial efectiva". In: *Derecho privado y constitución*, a. 10 n.º 16 (Enero-Diciembre 2002), pp. 259-392.

SALGADO CARRERO, Celestino, "El derecho e la ejecución de las sentencias como manifestación del derecho fundamental a la tutela judicial efectiva". In: *Revista del poder judicial*, 3. Época n.º 51 (Tercer Trimestre 1998), pp. 69-136.

SANTAMARÍA ARINAS, René Javier, "Leyes singulares, tutela judicial efectiva y recepción de la doctrina *Boxus* por el Tribunal Constitucional español". In: *Revista de Administración Pública*, n.º 193 (enero-abril 2014), pp. 165-195.

SERRÃO, Tiago, "A subsidiariedade da tutela jurisdicional conferida pelo TEDH no âmbito do direito à obtenção de uma decisão em prazo razoável". In: *O Direito*, a. 143, n.º 4 (2011), pp. 793-838.

SILVA, Paula Costa e, "A mediação e a Lei Processual". In: *Portugal - justiça e cidadania*, Lisboa: Associação Sindical de Juízes Portugueses, 2011, pp. 119-129.

SILVA, Paula Costa e, "De Minimis Non Curat Praetor : o acesso ao sistema judicial e os meios alternativos de resolução de controvérsias: alternatividade efectiva e complementariedade". In: *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Paulo de Pitta e Cunha*, III, Coimbra: Almedina, 2010, pp. 287-301.

SILVA, Suzana Tavares da, "Revisitando a garantia da tutela jurisdicional efectiva dos administrados". In: *Revista de Direito Público e Regulação, Coimbra*, n.º 5 (Mar. 2016), pp.127-139.

SCHMIDT-ARMANN, Eberhard, in: Maunz/Dürig, *Grundgesetz* Art. 19 Abs. 4 Rn. 16.

SOUSA, Miguel Teixeira de "A tutela jurisdicional dos interesses difusos no direito português". In: *Estudos de Direito do Consumidor*, n.º 6 (2004), pp. 279-318.

TROCKER, Nicolás, "Acceso alla giustizia e assicurazione di difesa legale". In: *Rivista trimestrale di diritto e procedura civile*, a. 40, n.º 4 (Dicembre 1986), pp. 1065-1092.